NOTA DOS EDITORES¹

É com satisfação que apresentamos mais uma edição do *Boletim de Análise Político-Institucional* (Bapi), composta por onze artigos. Apesar de edições temáticas, integralmente devotadas a um assunto específico, serem recorrentes, esta apresenta um formato misto, em que parte de seus artigos compõe um dossiê temático e outra parte trata de outros temas.

Os cinco primeiros artigos desta edição conformam o *Dossiê Temático sobre Democracia Digital*. Desde a década de 1990, sob o rótulo de democracia digital, estão sendo desenvolvidas pesquisas em diferentes campos, com distintas perspectivas. Os estudos se concentram em temas como participação política; deliberação *on-line*; campanhas *on-line* e partidos políticos; parlamento digital; mobilização política e internet; transparência digital; governo aberto e dados abertos; governos inteligentes (*smart government*); mídias sociais e populismo; entre outros. Wilson Gomes² define democracia digital como sendo “a concepção segundo a qual recursos tecnológicos, projetos baseados em tecnologias da comunicação e até as experiências de uso pessoal e social das tecnologias de comunicação e informação podem ser empregados para produzir mais democracia e melhores democracias”.

Em 2019, o Ipea decidiu se dedicar ao tema, dando início a um projeto denominado Democracia Digital: Mapeando o Debate e Articulando Experiências Nacionais e Internacionais. Os pesquisadores envolvidos participaram de um encontro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) em Salvador, em outubro de 2019. Em dezembro do mesmo ano, o Ipea promoveu o seminário Estado, Participação e Democracia Digital na Era dos Dados, em Brasília. Nesses encontros, os técnicos do Ipea contataram pesquisadores vinculados ao INCT.DD, convidando-os a escrever artigos para o Bapi. O resultado dessa articulação são os cinco artigos que compõem o dossiê temático que integra esta edição.

O primeiro artigo, escrito por Sivaldo Pereira da Silva, intitula-se *Características e tendências da pesquisa empírica em democracia digital no Brasil: métodos, instrumentos e abordagens*. Trata-se de um levantamento do atual estágio de desenvolvimento das pesquisas sobre democracia digital no Brasil, com foco nos estudos de caráter empírico. O autor realizou um estudo bibliométrico exploratório baseado em uma amostragem representativa, identificando os principais temas dos artigos, as metodologias e os instrumentos de coleta e análise de dados. Foi feita uma raspagem de dados em três indexadores acadêmicos: Scientific Eletronic Library Online (Scielo), Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Scientific Periodicals Eletronic Library (SPELL), utilizando as palavras-chave “democracia *on-line*” e “democracia digital”. Dessa forma, foram analisados 73 artigos em 28 revistas.

O segundo artigo, assinado por Rafael Sampaio, Christiana Freitas, Nilton Kleina, Djiovanni Marioto, Bruno Nichols, Tiago da Silva, Murilo Alison, Gabriel Bozza e Victor Hausen, intitulado *Democracia digital no Brasil: mapeamento e análises de artigos publicados em periódicos entre 1999-2018*,

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi25notaedi>

2. Gomes, W. *A democracia no mundo digital: história, problemas e temas*. São Paulo: Edições Sesc, 2018. p. 14.

também realiza um estudo bibliométrico sobre a produção acadêmica em democracia digital. Nessa pesquisa, os autores analisaram 347 artigos publicados em periódicos brasileiros entre 1999 e 2018 que tinham como foco a temática internet e política (I&P), contemplando tanto artigos teóricos quanto empíricos. O estudo apontou as principais universidades que se dedicam ao tema, as áreas que mais pesquisam, a fragmentação dos artigos em múltiplos periódicos, entre outros resultados.

O artigo *Dados abertos governamentais: usuários e apropriações sociais no Brasil*, escrito por Maria Domínguez, busca identificar os usuários dos dados abertos governamentais no Brasil. Para tanto, a autora aplicou um questionário em grupos no WhatsApp, Telegram e Instagram que se dedicam a esses usuários. O mesmo questionário foi aplicado no III Encontro Brasileiro de Governo Aberto, realizado em 2018, na cidade de São Paulo, obtendo 81 respostas no total. Além disso, foram realizadas cinco entrevistas em profundidade com usuários desse tipo de dados. Mesmo reconhecendo que a amostra não é representativa da população brasileira, por não haver um nível de representação em termos de cor de pele e gênero, ser superescolarizada e a renda familiar não corresponder à distribuição da renda familiar no Brasil, a autora conclui que a atuação de usuários altamente especializados beneficia os cidadãos brasileiros, a partir do acesso à informação, da geração de conhecimentos e da possibilidade de acompanhar e monitorar os negócios públicos.

Escrito por Daniel Pitangueira de Avelino, Igor Ferraz da Fonseca e João Cláudio Basso Pompeu, o artigo *Políticas públicas de democracia digital no governo federal: individualização da cidadania?* realiza um mapeamento de iniciativas de democracia digital no governo federal, com ênfase nos processos de individualização da participação dos cidadãos. O artigo apresenta três estudos de caso: a Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia (ME), a Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência (CGAT) e a Ouvidoria-Geral da União (OGU). O artigo conclui que a CGU tem papel central nas políticas de governo aberto e de ouvidorias, e que há um fortalecimento da digitalização de serviços públicos, assumida pela SGD. Apesar dos avanços, os autores apontam que está em curso uma mudança no paradigma participativo, em que formas coletivas de participação parecem dar lugar a uma relação direta entre o Estado e os indivíduos, que são vistos sob a ótica de “clientes”.

O dossiê temático é concluído com o artigo *O uso de tecnologia da informação para o enfrentamento da pandemia da Covid-19*, escrito por João Cláudio Basso Pompeu, Sivaldo Pereira da Silva, Daniel Pitangueira de Avelino e Igor Ferraz da Fonseca. O texto faz um levantamento de experiências internacionais de uso de tecnologia para o enfrentamento à pandemia (especialmente em países asiáticos) e realiza um exercício relacionado à potencial adequação dessas ferramentas tecnológicas à legislação brasileira. Os autores concluem que dificilmente essas experiências seriam compatíveis com a nossa legislação e elaboram um conjunto de recomendações ao governo federal.

Os seis artigos restantes que compõem esta edição tratam de temas diversos – quatro deles abordam a relação entre políticas públicas e a pandemia de Covid-19, evento que marcou de forma decisiva o cenário sociopolítico brasileiro durante o ano de 2020. Esses artigos tiveram versões preliminares publicadas tempestivamente como *Nota Técnica* pelo Ipea, na busca por aperfeiçoar a resposta brasileira aos dilemas acarretados.

Assim, o artigo intitulado *Eleições municipais e a pandemia da Covid-19: alternativas de ação e possíveis impactos* e assinado por Acir Almeida reflete sobre as principais alternativas de ação a

respeito da realização das eleições municipais de 2020 em meio à pandemia. O autor discute três cursos possíveis de ação: manter o calendário original; adiar as eleições para 2022, unindo-as aos pleitos nacionais; e adiá-las por tempo limitado (para o fim de 2020). Ao analisar as alternativas, o autor aponta que a alternativa de adiamento por tempo limitado é aquela que melhor permite compatibilizar medidas para salvaguardar tanto a saúde coletiva quanto os princípios democráticos.

Camila Escudero, no artigo *Os impactos da pandemia de Covid-19 nas organizações da sociedade civil: conjuntura, desafios e perspectivas*, utiliza dados do mapa das organizações da sociedade civil (OSCs) para discutir simultaneamente sobre o papel das OSCs no combate à pandemia e sobre os efeitos da pandemia na atuação, gestão interna e sustentabilidade delas. Na conclusão, a autora sugere recomendações para o aprimoramento das relações entre o Estado e as OSCs, com o objetivo de dar maior efetividade à atuação das OSCs no combate à pandemia.

O abastecimento de água nas favelas em meio à pandemia da Covid-19 é tema do artigo assinado por Rute Imanishi Rodrigues. A autora discute os motivos que fazem com que o abastecimento seja insuficiente para garantir o acesso pleno e contínuo à água, o que dificulta a adoção das medidas de higiene recomendadas no enfrentamento à pandemia. O artigo aponta que mais de 90% dos domicílios localizados em favelas estão conectados à rede central de água, mas, em muitos casos, o acesso é precário e intermitente devido às debilidades dos arranjos políticos-institucionais que viabilizam o funcionamento das redes.

No trabalho *Medidas emergenciais para a população em situação de rua: enfrentamento da pandemia e seus efeitos*, Tatiana Dias Silva, Marco Natalino e Marina Brito Pinheiro identificam as principais iniciativas adotadas por gestores municipais voltadas à população em situação de rua no contexto da crise sanitária e refletem sobre seus efeitos. Utilizando dados secundários e a realização de entrevistas, a pesquisa elabora uma tipologia sobre as medidas e ações adotadas, tanto aquelas preexistentes quanto as criadas como resposta direta à pandemia. Por um lado, os autores apontam a importância das ações e políticas em vigência. Por outro lado, é enfatizado que essas ações são, por vezes, descoordenadas e não homogêneas.

De autoria de Juliane Milani e Alexandre dos Santos Cunha, o trabalho intitulado *Acesso à justiça durante a pandemia da Covid-19: o caso do estado do Paraná* analisa o funcionamento dos serviços de assistência judiciária gratuita durante o período da pandemia. Além disso, discute os desafios impostos às instituições de acesso à justiça paranaense e como elas organizaram a sua atuação. O artigo conclui que, apesar de esforços empreendidos na criação de uma sistemática para atendimento aos interessados, ainda existem lacunas a suprir, sobretudo no funcionamento da Defensoria Pública e dos núcleos de prática jurídica das instituições de ensino superior de direito.

O artigo *A elaboração dos indicadores de monitoramento da Convenção da Organização dos Estados Americanos para as pessoas com deficiência* conclui esta edição do Bapi. Trata-se do relato de um trabalho de assessoria governamental feita pelo Ipea. Igor Ferraz da Fonseca e Francine de Souza Dias mostram como foram estabelecidos os indicadores de monitoramento em torno da implementação da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, da Organização dos Estados Americanos (OEA). O trabalho enfatiza o modelo dos indicadores, o modo como foram construídos e por que são considerados incentivadores

da adoção de políticas que visam prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade.

Por fim, ressalta-se o inestimável trabalho realizado pelos autores, pareceristas e membros do comitê editorial do Bapi. Desejamos a todos uma boa leitura!

João Cláudio Basso Pompeu

Editor do Dossiê Temático sobre Democracia Digital

Igor Ferraz da Fonseca

Editor-chefe do Bapi